

## O escotismo e a morte em Portugal:

### A construção do imaginário “Eterno Acampamento”

*Boy Scouting and death in Portugal: Building an imaginative “eternal scout camp”*

#### RESUMO

O presente artigo aborda a relação do universo escotista português com os conceitos de “morte” e “Eterno Acampamento” nas décadas de 1910 a 1930. As premissas do fundador inglês Robert Baden-Powell para que os jovens pudessem aspirar a uma cidadania ativa e produtiva, através de acampamentos e práticas pedagógicas em contextos orográficos agrestes, cedo provocaram divergências internas sobre a finalidade da formação cívica, social, moral e religiosa dos escoteiros, e estenderam-se aos cinco continentes. Porém, o caso português apresenta ainda um outro debate - o problema do destino metafísico dos escoteiros – que, depois de morrerem, para onde iriam as suas almas? Através da leitura da imprensa associativa portuguesa, pode observar-se que o “Eterno Acampamento” é muito mais que um lugar comum. A sua construção e utilização na gíria escotista conseguiu ser um ponto de convergência nos conflitos de interpretação religiosa sobre o destino final de todos estes jovens cidadãos.

**Palavras-chave:** Escoteiros – Portugal – Eterno Acampamento – Protocolo – Juventude

#### ABSTRACT

This article analyses the relationship of Portuguese boy-scouts associations with the concepts of “death” and “eternal scout camp” from the decade of 1910 till 1930. As one of the main youth movements in the twentieth century, scouting was created under the ideals of its English founder Robert Baden-Powell. It stood that young people could aspire to an active and productive citizenship, through camping and pedagogical practices in challenging orographic contexts. Soon there were internal disagreements over the movement’s civic, social, moral and religious purposes. This discussion reached the five continents. The Portuguese case presents yet another debate: the problem of the metaphysical fate of the Boy Scouts’s afterlife: once they died, where did their souls go? Analysing the Portuguese associative press, it can be watched that the “eternal scout camp” is much more than a common place. Its construction and use in Scout slang came to be a point of convergence in the conflicts of religious interpretation about the final destination of all these young citizens.

**Keywords:** Boy-scouts – Portugal – Eternal Scout Camp – Protocol – Youth

\* Doutor em História pela Universidade Católica Portuguesa (UCP), onde é docente e desempenha funções de Diretor e investigador do Centro de Estudos de História Religiosa. CV: [http://icm.ft.lisboa.ucp.pt/site/custom/template/ucptpl\\_fac.asp?sspageid=1133&artigoID=281&lang=1](http://icm.ft.lisboa.ucp.pt/site/custom/template/ucptpl_fac.asp?sspageid=1133&artigoID=281&lang=1)

\*\* Doutorando no Programa Interuniversitário de Doutoramento em História junto ao Centro de Estudos de História Religiosa, da Universidade Católica Portuguesa. CV: [http://icm.ft.lisboa.ucp.pt/site/custom/template/ucptpl\\_fac.asp?sspageid=1133&artigoID=4281&lang=1](http://icm.ft.lisboa.ucp.pt/site/custom/template/ucptpl_fac.asp?sspageid=1133&artigoID=4281&lang=1)



Falar sobre a morte no associativismo escotista português é tarefa árdua e complexa.<sup>1</sup> Observar esta temática merece alguma atenção, pese a abrangência de interpretações ser proporcionalmente inversa à carência de estudos específicos. Sendo um movimento inicialmente constituído e direcionado para jovens, o final biológico tem sido mediaticamente apresentado na imprensa e manuais pedagógicos escotistas numa forma bastante suavizada, quase como um “não-assunto”. Na esmagadora maioria das vezes, os últimos meta-domicílios foram imaginados a partir de interpretações religiosas e filosóficas de uma vida a *posteriori* explicada em obituários simples como “Foi chamado para o Céu o escoteiro...”, “Partiu para o Grande Acampamento...”, “Faleceu o escoteiro...no mês... Que descanse em paz no Eterno Acampamento.” Mas terá sido sempre assim?

Uma observação cuidada às necrologias publicadas nos jornais escotistas portugueses até 1939 possibilitam interrogações heurísticas sobre este “Eterno Acampamento”. Primeiro, porque não é algo que nasceu com o escotismo em si. As menções a este lugar imaginado são progressivamente visíveis a partir da década de 1920, quando o escotismo português contava já com uma década de existência, e observam-se apenas nas geografias lusófonas, desconhecendo-se qualquer equivalência nos países limítrofes e hispanófonos. Segundo, a presença de escoteiros nos funerais dos seus correligionários, com rituais específicos de formatura e localização das hierarquias, posição do bastão (vertical; horizontal; ao ombro), lentamente lhes atribuiu uma responsabilidade de regulação social na última despedida. Todo o protocolo em torno dos defuntos, as cerimónias das exéquias, e a hierarquização antrópica nos espaços fúnebres poder-se-ão resumir a rituais públicos de confirmação *rigor mortis*, programados e executados com bastante detalhe.

Por fim, o “Eterno Acampamento”, transformado num lugar comum a diversos credos religiosos, origina ainda outras sindicâncias. Quais os critérios de admissão a este espaço transcendental? Bastaria ser crente ou haveria outros requisitos aplicáveis aos “candidatos”? Num período em que as tensões religiosas foram bastante fraturantes na vida social e política portuguesa, como fora o período da Primeira República (1910-1926), a construção de um imaginário coletivo pré-ecuménico e pós-morte merece ser observado com afinco. Por ser um tema historiográfico recente, sem grande manifestação bibliográfica até ao momento, o presente artigo pretende abrir caminhos para novos estudos dedicados à história da conceptualização da morte nos universos infantil e juvenil, tendo o ano 1939 como baliza final, marca de charneira na ditadura de Oliveira Salazar com a subjugação do escotismo às juventudes estatais.

<sup>1</sup> Ao contrário do Brasil, em Portugal existe a dupla grafia da tradução do vocábulo inglês *Scout* (escoteiro/escuteiro). Embora o segundo caso seja atribuído ao universo católico (por exemplo, a associação *Corpo Nacional de Escutas*, que se distingue da *Associação dos Escoteiros de Portugal*, pluriconfessional), ambas contêm o mesmo significado. Para o presente texto adotou-se a primeira grafia. Acrescente-se também algumas diferenças lexicais significativas entre os dois países, e que poderão induzir a uma leitura errónea. Enquanto no Brasil o termo “escotista” é adjetivo substantivado e aplica-se ao cargo de chefe, em Portugal é usado como adjetivo simples (por exemplo, o *associativismo escotista*, em vez de *associativismo escoteiro*).

## A morte na pedagogia escotista

O escotismo português iniciou-se por volta de 1910-1912 e partiu de algumas experiências residuais por todo o país e império. A primeira associação, a *Associação dos Escoteiros de Portugal* (adiante AEP), data de 1913 e foi idealizada por líderes de igrejas protestantes e movimentos republicanos-laicos. No decurso dos anos seguintes surgiram outras associações, muitas delas discordantes com a gestão educacional da AEP. Outras foram constituídas de raiz, como a *União dos Adueros de Portugal* (laica-republicana, em 1914) ou o *Corpo Nacional de Escutas* (inicialmente *Corpo Nacional de Scouts*; filiação católica, fundado em 1923) que também disputaram um lugar de destaque social e respaldo das entidades políticas (Ribeiro, 1982, p. 66; Fontes, 2000, p. 169; Reis, 2007, p. 71). Todas tinham em comum a escassez de pedagogos e dirigentes à escala local, o que originou divergências significativas quanto à transmissão dos seus projetos educativos aos jovens escoteiros. À exceção da associação católica - a maioritária - as restantes assumiram uma posição ambígua quanto a uma idealização sobre a vida para além da morte, o que dificulta um aprofundamento mais extensivo a estas. As conclusões apresentadas são sustentadas a partir da imprensa generalista portuguesa (indicada ao longo do texto) e escotista católica, nomeadamente a *Flor de Lis*, órgão oficial do *Corpo Nacional de Escutas*, uma das revistas mais antigas em Portugal, publicada desde 1925 até hoje, e que permite observar a evolução da mediatização necrológica neste associativismo. Para uma análise complementar ao carácter institucional da ritualização da morte, omitido quase sempre na imprensa, decidimos consultar alguns subfundos no Centro de Documentação Escutista - Museu do Corpo Nacional de Escutas em Lisboa (adiante CD/MCNE) e que continham algumas ordens de serviço para eventos funerários.<sup>2</sup>

Resumindo, a morte no escotismo observa-se em três momentos distintos: como última fase biológica, em que um escoteiro se debate com a sua própria morte, seja num período de doença, seja num determinado contexto político. Todo o processo de transmutação de um estado físico para o metafísico é interpretado segundo as suas concepções pessoais, sociais e religiosas e um cenário *post-mortem* imaterial é arquitetado de acordo com as premissas do credo individual. Em ambos os casos, a resposta juvenil é dada através da heroicidade, num combate singular entre o próprio e o seu destino final.

O segundo momento recai no protocolo fúnebre que o movimento escotista proporcionou aos seus elementos. A presença na exumação, com filas de escoteiros formados em linhas paralelas, ostentando as bandeiras nacional e associativa e/ou no transporte do féretro até ao sepulcro, reforça a afirmação institucional no último momento vital do indivíduo.

Por sua vez, a terceira fase remete ao *memento mori*, a recordação dos mortos em eventos públicos posteriores ao funeral, fosse através da publicação de notícias necrológicas, fosse na celebração de eucaristias com intenções pelas almas (caso católico), e em que ambas desembocam no "Eterno Acampamento". Esta construção mental extrapolou pontos

<sup>2</sup> O Centro de Documentação Escutista - Museu do Corpo Nacional de Escutas (doravante CD/MCNE) encontra-se em fase de remodelação arquivística, o que impossibilitou uma procura exaustiva. Acedemos apenas a alguns documentos que ilustram a potencialidade do tema, e que serão indicados nos respetivos contextos.

de convergência entre várias linhas cristãs (concorrentes entre si) e, mais tarde, tornou-se unânime na descrição de um Paraíso celeste destinado unicamente a escoteiros.

A celebração da morte nestes três tempos indica como o movimento ocupou um lugar no domínio público na década de 1920. Até à data o ritual funerário era limitado ao âmbito familiar ou de proximidade pessoal do defunto. O associativismo escotista, que se propunha condicionar a educação de jovens num ideal de “melhor cidadão”, não só alterou o *modus vivendi* como também o *modus moriendi* de indivíduos comuns, e estabeleceu-se como um instrumento regulador e certificador da transferência de almas entre universos.

## A última fase biológica

O vocábulo “morte” está presente no escotismo desde a sua idealização na Inglaterra de 1907. O próprio fundador, Robert Baden-Powell, numa das últimas edições traduzidas do seu livro *Scouting for Boys* de 1908 incluiu uma carta de despedida, onde relembra o seu inevitável falecimento como um ponto intermédio na vida do movimento associativo (Baden-Powell, 2018, p. 315). Esta carta tornou-se célebre e foi alvo de repetidas publicações, já que reflete um tema complexo numa linguagem bastante simples, com recurso a fabulações do *Peter Pan*. Mais tarde, em 1916, Baden-Powell (anglicano) e Vera Barclay (católica) encetaram a experiência de trasladar o modelo escotista à faixa etária dos 8 aos 11/12 anos, criando assim a secção dos “lobitos”. Idealizada a partir do *Livro da Selva* de Rudyard Kipling, as crianças simulavam a figura de Mowgli, um menino raptado pelo maldoso tigre Sher Khane, e mais tarde resgatado por um conjunto de outros animais benquerentes (Kipling, 1985). A narrativa do *Livro da Selva* introduz a personagem principal num sistema de valores, em que esta só seria aceite na comunidade selvagem após derrotar e matar o seu raptor Sher Khane, entendido como uma luta entre o Bem e o Mal, com a vitória escatológica do Bem (Silva, 2018, p. 95). O escoteiro-criança (*lobito*) percecionaria o ciclo biológico numa linguagem adequada à sua faixa etária, em comunhão com os seus congéneres, sempre num *background* fantasiado. O destino trágico atribuído ao tigre deveu-se à sua conduta inapropriada (criminosa). A conceção da morte no *lobitismo*, transmitida através da fatalidade de Sher Kane e em códigos linguísticos aptos à infância, inculcavam os valores morais nas crianças em termos bastante evidentes.

A maioria das associações escotistas por todo o mundo adotou a narrativa do *Livro da Selva* como base pedagógica para a faixa etária entre os 6 e os 11 anos de idade, e qualquer aproximação ao universo “lobito”, seja executado em qualquer geografia política, deverá ter em consideração esta realidade. Porém, o caso português, mesmo com o surgimento de várias associações escotistas por todo o país, e divergentes quanto a uma pedagogia religiosa-confessional específica, mostra-nos que a literatura novelesca selecionada por Baden-Powell conseguiu articular-se com o ensino da religião. As obras de Kipling resultaram ser bastante profícuas, tanto por católicos como protestantes, para a administração dos conceitos cristãos na infância.

No que respeita às faixas etárias superiores aos doze anos de idade, os requisitos



comportamentais para um acesso direto ao espaço pós-morte são bastante desconhecidos na imprensa escotista não-católica. Até 1926, data do golpe militar em Braga e precursor da ditadura do Estado Novo, os *imagines* derivam do espectro nacionalista português, quase todos com forte vinculação militar e representativos de um incomparável enfrentamento ao adversário. Individualidades como o cavaleiro medieval Nuno Álvares Pereira enquadram as ferramentas de instrução militar na formação destes cidadãos viris e responsáveis (Graça, 2018), não muito distante do que se observa na Inglaterra com o Rei Artur ou na França com Joana d’Arc (Mills, 2013, p. 120–34). Um bom escoteiro seria aquele que se adequava às normas sociais e empreendia o seu tempo de jovem em prol de um futuro promissor. O seu esforço em jovem seria recompensado na fase adulta, como cidadão exemplar, saudável, assumindo o papel de progenitor responsável, sempre na lógica do *mens sana in corpore sano*, de forma a cumprir o ciclo biológico na plenitude positivista. É possível que até 1926, tanto a *Associação dos Escoteiros de Portugal* (republicana-laica/protestante) como a *União dos Adueros de Portugal* (republicana-laica) evitassem publicitar o pós-morte nos respetivos órgãos de comunicação devido à conflituosidade religiosa da época. Remetendo a heroicidade portuguesa para um plano superior, mimetizando figuras nacionais como Viriato ou Nuno Álvares Pereira, não significava que a porta de entrada num extraestádio não fosse idealizada nas sedes de grupo ou em reuniões privadas, facto que distancia o *Corpo Nacional de Scouts* a partir de 1923, com a ideologia católica de acesso ao reino de Deus.

A ausência de material empírico abundante não impede que se formulem propostas de análise quanto à funcionalidade dos escoteiros enquanto membros ativos na sociedade. O escotismo português herdou uma panóplia de afirmações quanto à sua finalidade, principalmente quando a morte pela pátria, em caso de extrema necessidade, era sinónimo de plena cidadania. A interpretação da doação da vida pela pátria poderá ter sido o valor máximo na pedagogia associativa, pois o universo dos dirigentes repartia-se maioritariamente por professores primários e militares de carreira, quase todos manifestos adeptos do republicanismo, e parece atribuir algum grau de trivialização aos valores *post-mortem* religiosos nos jovens cidadãos escoteiros.

Contudo, a implantação da República em 1910, o desenrolar da Grande Guerra com o falecimento de alguns dirigentes escotistas mobilizados para a Flandres (Vicente, 2004, p. 220), a fragilidade político-partidária nacional, as sucessivas revoltas nas principais urbes e com centenas de mortos e feridos, paralelo ao surgimento do escotismo católico em 1923, poderão ter originado ruturas nas imagens da morte oferecidas pelo republicanismo.

## Ser herói e combater a morte: um novo mythos

Como foi referido, o escotismo iniciou-se na Inglaterra, em 1907 e, nos anos seguintes, estendeu-se pela generalidade dos países do Ocidente Europeu (Irlanda, 1908; Itália, 1910; França, 1911; Espanha, 1912; etc), dando origem a uma estrutura associativo-internacionalista-juvenil. Em Portugal, no ano de 1912, o periódico *Ilustração Portuguesa*, pelo menos em quatro



ocasiões, instou ao valor social do *scouting* como meio educador da mocidade.<sup>3</sup> Para além do conceito “morte”, presente nos manuais de Baden-Powell já referidos, os escoteiros em Portugal vivenciaram momentos cruciais e impactantes no contacto com a “passagem”.

O ano de 1913 foi bastante preenchido de episódios coercivos de conflitos bélicos, e existia um clima propício ao enfrentamento na imprensa. A bipolarização de ideias pró e contra Grande Guerra originou cisões dentro do escotismo português. Neste mesmo ano, na cidade do Porto, o jovem capitão Barros Basto, com vinte e seis anos de idade, decidiu criar uma associação de cariz positivista e laica. Nascia a *União dos Adueros de Portugal* (adiante UAP). Tanto a AEP como a UAP contaram com o apoio de diversas fações republicanas, mas as diferenças pedagógicas entre as duas eram significativas. Na sua produção bibliográfica oficial as práticas regulares de exercícios militaristas, e as ritualizações anuais de ordem republicana, em especial a festa da árvore, o culto das mães e dos heróis, são celebradas com uma finalidade muito específica, omitindo-se qualquer componente religiosa-confessional. As referências ao transcendente são nulas, e a morte é encarada como uma dádiva à pátria (Graça, 2013, p. 38-39; 2017, p. 201). Embora oficialmente formada em 1914, a UAP só começou a ter uma projeção mediática com o final da Grande Guerra em 1918, o que deixou espaço de manobra aos *Escoteiros de Portugal* para se imporem como representantes máximos do associativismo escotista português.

Um exemplo de “ser herói” e “combater a morte” ocorrera a 14 de maio de 1915, com a revolta política contra o governo de Pimenta de Castro em Lisboa. No periódico *O Século* são visíveis algumas afirmações que incubam o leitor numa fabulação quase heroica por parte de alguns jovens e, ao gosto da época, o jornalista descreveu detalhadamente a ação dos escoteiros do Grupo nº 7 no transporte de feridos para o hospital de Santa Marta no centro da cidade.<sup>4</sup> Havendo falta de profissionais de saúde disponíveis para o socorro aos pacientes feridos, as autoridades urbanas tiveram que recorrer aos serviços dos escoteiros para colmatar a necessidade imprevista. O risco de se sujeitarem ao perigo da morte está presente na crónica, sobretudo quando um escoteiro fora atingido num contra-ataque.

Ao longo dos dias seguintes, *O Século* não se coibira de descrever estes momentos de forma detalhada, quase sempre com o mesmo tipo de heroicidade, com a descrição de entradas simultâneas nas instalações militares sob rajadas de tiros, ao posterior transporte de feridos para os postos da Cruz Vermelha.<sup>5</sup> Na tiragem de 17 de maio, o mesmo jornal chegava a evidenciar o título «A ação dos “boy-scouts” Um ato de heroicidade», com os mesmos jovens a prestarem-se mais uma vez ao transporte de feridos.<sup>6</sup>

A idealização de um “jovem-sem-medo” (e imune à morte) culminou na narrativa de um pequeno episódio. Numa noite de combates, um oficial da marinha procurou alguém responsável para entregar uma missiva de Leote do Rego, um dos líderes insurretos, à respetiva

<sup>3</sup> A primeira referência remete à unidade escotista portuguesa na Ásia. Vide “Scouts em Macau”. *Ilustração Portuguesa*, 19 de agosto 1912, nº 339, pp. 235-237.

<sup>4</sup> Biblioteca Nacional de Portugal [Adiante BNP]. Na Escola de Guerra. *O Século*. Lisboa, Ano 35, nº 12009, p. 2, 16 maio 1915.

<sup>5</sup> BNP. Os escoteiros de Portugal. Mais notas sobre a sua ação na revolução. *O Século*. Lisboa, Ano 35, nº 12013, nº, p. 3, 20 maio 1915.

<sup>6</sup> BNP. A ação dos “boy-scouts” Um ato de heroicidade. *O Século*. Lisboa, Ano 35, n. 12010, p. 3, 17 maio 1915.

família. Desconfiando da vontade, disponibilidade ou valentia dos adultos presentes, aceitou a ousadia de um petiz de 10/12 anos, escoteiro, e que se prontificou na missão da entrega da epístola à esposa do comandante. A narrativa é detalhada em pormenores, com momentos de hesitações por parte do oficial, de tiroteios que soavam por toda a cidade, grupos de revoltosos que surgiam em todos os quadrantes, tudo descrições que ornamentam o diálogo em contornos de *loci horrendi* românticos. A aventura do “pequeno herói desconhecido” termina com a recusa do escoteiro em identificar-se ao jornalista, abdicando de qualquer remuneração pelo serviço prestado.<sup>7</sup> A narrativa paraleliza-se à mitificação do “soldado desconhecido” que, no presente caso, recai na versão do jovem escoteiro exemplar, e enquadra-se na «politização do capital simbólico» que os mentores da República em muito procuraram projetar (Leal, 2010, p. 122).

A presença de escoteiros em revoltas políticas, como “jovens sem medo à morte” manteve-se ao longo da Primeira República.<sup>8</sup> Introduzindo a temática, os exemplos referidos ilustram os *modi vivendi* heroicos dos escoteiros que desapareceram ao longo das décadas seguintes, interessantes para futuras observações histórico-antropológicas.

## Pressentir o fim

Os impactos sociais e psicológicos sobre a morte juvenil em Portugal foram objecto de estudo nas últimas duas décadas e os resultados foram publicados nalgumas obras generalistas. Contudo, o universo feminino suplanta o masculino no que respeita ao conteúdo e descrição de vulgaridades e momentos de intimidade pessoal, originando hiatos sobre as questões de género nas suas vivências da morte, sobretudo o masculino (Vaquinhas, 2011, p. 180).

Alguns casos referidos por Irene Vaquinhas poderão ser confirmados a partir contexto escotista, que, até à década de 1960, foi essencialmente varonil. A presença feminina resumia-se a posições secundárias, limitada ao acompanhamento pedagógico dos rapazes entre os 8 e os 12 anos de idade, os chamados *lobitos*. A documentação produzida pelos escoteiros é passível de uma validade heurística como resposta a lacunas sobre a esfera masculina privada, sobretudo a jovem, num período etário entendido como o auge da força viril e idade de construção do futuro cidadão. Tome-se o livro “Saboá” como exemplo, de autor incógnito, publicado em 1945, e dedicado ao escoteiro Domingos Vidal da Encarnação (Salesianus, 1945). Embora cronologicamente fora do período proposto neste artigo, a obra é rica em descrições sobre as décadas anteriores, repleta de bastante fantasia, mas poderá esclarecer algumas confidências acerca do impacto necrológico nos círculos de amizade de um jovem vulgar. Ao contrário da escassez de informação sobre o comportamento e demonstração de afetos dos homens face à morte de terceiros, recorrentemente denunciado na historiografia, o livro *Saboá* oferece um capítulo inteiro intitulado “Eterno Acampamento”, onde se descreve o posicionamento dos vivos face aos últimos momentos do defunto escoteiro:

<sup>7</sup> BNP. A ação dos “boy-scouts” Um ato de heroicidade. *O Século*. Lisboa, Ano 35, nº 12010, p. 3, 17 maio 1915.

<sup>8</sup> Para um melhor aprofundamento destes dois episódios apresentados, recomenda-se a leitura dos trabalhos de Fernando Rosas (2010).



*A porta do quarto, desde então, ficou aberta só para as pessoas adultas e para as mais íntimas. Quem subisse até lá nesses dias encontraria num cantinho da escada um dos pequenos, o Joaquim Pereira, a chorar amargamente. Pedira insistentemente para ver o grande amigo, mas o favor nunca lhe fora concedido. Tinha o coração a estalar e lá se ficava a chorar as lágrimas da sua saudade. Sentia a falta de alguém que na sua vida muito o amara, que tanto bem lhe fizera e que deixava agora um grande vazio no seu coração. Uma pessoa disse que confiasse em Nossa Senhora que ainda o havia de curar... e outra prometeu-lhe orações em Fátima e a água da Cova de Iria, favor que agradeceu com um sorriso... Mas à promessa que pedia para ele a sua saúde, acenou com a cabeça negativamente. Nunca mais se iludiu: pressentia que a vida estava no fim (Salesianus, 1945, p. 108).*

O excerto prossegue com a morte perspectivada pelo futuro defunto. A reflexão pessoal acerca do comportamento em vida, as dúvidas existenciais de ter sido um bom ou mau escoteiro, ou até a piedade popular, estão presentes nos últimos diálogos antes da transferência de um estado físico para o metafísico. Dizia a personagem Domingos que:

*"Não me importo de morrer, mas queria antes pagar as dívidas da mãe! Abandona-te como criança no regaço da Mãe do Céu" – sugeria-lhe a irmã; e ele, tranquilizado: "Ó minha Nossa Senhora, faça-se a vossa vontade!" A intervalos, quando talvez a tristeza voltava a assaltá-lo, pegava no Crucifixo, o grande Livro das almas que sofrem, estreitava-o e beijava-o afectuosamente, e suplicava-lhe: - "Ó Senhor, dai-me força para levar a minha cruz!" [...] Ajudou-o sem dúvida no seu dolorosíssimo martírio o pensamento de ter vivido no movimento escutista, ao qual se sentiu unido até ao fim. Uma prova temo-la nas invocações calorosas que fazia de vez em quando ao Irmão José Alcides Carola, falecido seis meses antes e que deixara no Grupo exemplos de virtude rara e saudade inapagável: "Alcides, - suspirava o Domingos – pede a Deus por mim! Alcides, alcança-me o reino da Glória!" (Salesianus, 1945, p. 108-109).*

O episódio da "passagem" é pormenorizado, mitificado, e dispensa uma análise sumária. A narrativa foi construída com o propósito de embutir os leitores num plano detalhado, passo a passo, como uma sequência de pequenas ações fáceis de assimilar:

*Entrou depois numa inconsciência estranha, por quinze dias seguidos, em que só falava em escuteiros, em acampamentos, na sua mãe, no navio, mas nunca disse sequer uma palavra menos decente. [...] Na tarde de domingo, a 7 de maio, às 17 horas, olhou para o crucifixo... juntou as mãos... ergueu-as para o alto... e morreu... deixando na terra, bem visível, notado por todos, o seu sorriso característico de sempre e que havia desaparecido de todo durante a sua doença. Do Céu caíram grandes gotas de chuva. Pareciam lágrimas, parecia orvalho benéfico (Salesianus, 1945, p. 112).*

Esta passagem explícita entre estados apenas se observa no livro *Saboá*. As restantes



fontes consultadas não reportam quaisquer pormenores parecidos, nem verificámos indícios tão detalhados nos obituários da revista *A Flor de Lis*.

## Protocolo fúnebre

Semelhante a qualquer outro tipo de associativismo, o escotismo construiu a sua identidade de forma gradual. Os atos normativos inerentes à morte não foram produzidos todos na sua génese e, consoante a conjuntura interna, as próprias associações foram elaborando regras, algumas até consuetudinárias, outras absorvidas do mundo militar, e que se aglomeraram ao longo dos anos. No período em questão, observamos que as três principais entidades pretenderam enquadrar todas as etapas da vida, incluindo o momento da morte.

A presença pública de escoteiros em funerais de personalidades como o aviador Sacadura Cabral ou ainda o poeta Guerra Junqueiro foi registada em vários órgãos de comunicação (Pintassilgo; Costa, 2018, p. 210), ou, no caso do vulto da literatura, existe um vídeo onde observam-se vários grupos de adueiros e escoteiros uniformizados no cortejo fúnebre numa lógica de institucionalização hierárquica das associações.<sup>9</sup> Contudo, a primeira referência à gestão de atos fúnebres, já com os respetivos rituais e procedimentos normativos, só surgiria na segunda edição dos regulamentos dos escoteiros católicos, publicada em 1927, sendo omissa nas restantes associações.<sup>10</sup> Até essa data o *Corpo Nacional de Scouts* progressivamente compilou e centralizou algumas experiências resultantes das realidades locais, como os vários passos a efetuar até o defunto passar ao “Eterno Acampamento”. A postura em funeral, em que “Flecte-se o braço direito de forma que a parte inferior da vara vá encontrar junto da axila. Desfaz-se o movimento à voz de “sentido”,<sup>11</sup> nitidamente extraída do contexto militar, seria executada por uma patrulha de escoteiros diante do féretro.

Quanto ao luto oficial, o funeral do Visconde de São João da Pesqueira (Comissário Regional Honorário do CNS no Porto e um dos principais mecenas do escotismo no norte de Portugal) levanta algumas possibilidades. Pela coincidência de datas, e apenas dois meses após a edição do regulamento e estatutos oficiais, a Região do Porto decretou uma ordem interna de nojo em virtude da importância do seu membro honorário. Foi a primeira vez que se chamaram *todos os scouts da região do Porto* [a usarem] *a meio do braço esquerdo e quando uniformizados um braçal de pano preto de 7 centímetros de largo*.

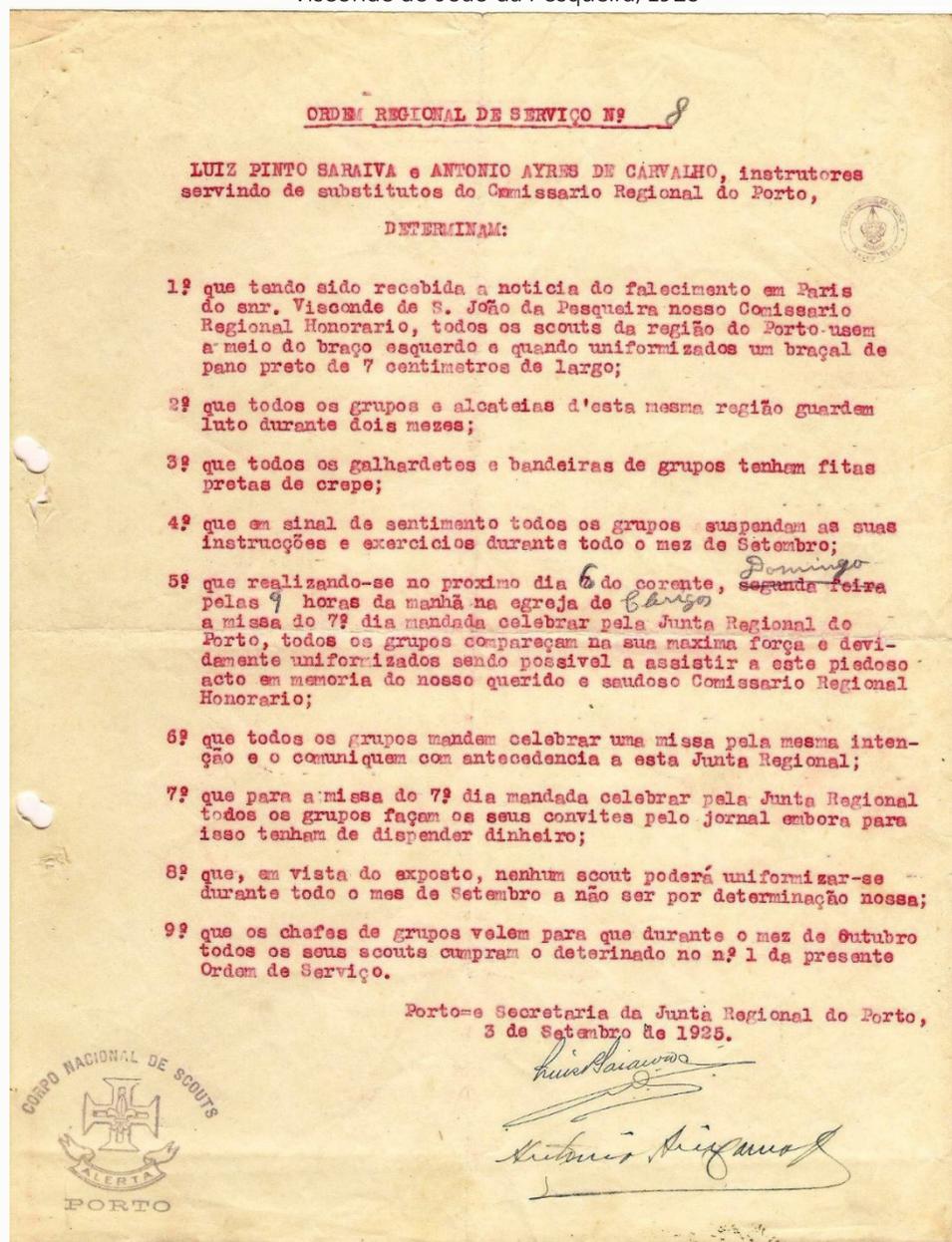
<sup>9</sup> FUNERAES do grande poeta Guerra Junqueiro. Realização: Albert Durot. Lisboa, 1923. 1 vídeo (10,7 minutos), s/ som, p&b, 35mm, minuto 6. Acervo Cinemateca Portuguesa. Disponível em: <<http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha.aspx?obraid=2214&type=Video>>. Acesso em: 02 maio 2020.

<sup>10</sup> CORPO NACIONAL DE SCOUTS. *Estatutos e Regulamento Geral - Corpo Nacional de Scouts*. Braga: Tipografia Universal, 1927. 171 p.

<sup>11</sup> BNP. Exercícios e evoluções dos scouts. *Flor de Lis*. Braga, Ano I, nº 7, p. 3, ago 1925.



FIGURA 1. "Ordem de Serviço do Regional do Corpo Nacional de Scouts – Porto. Luto oficial pelo falecimento do Visconde de João da Pesqueira, 1925"



FONTE: Centro de Documentação/Museu do Corpo Nacional de Escutas, Dossier «Região do Porto 1925-1961» (documento não-indexado).

Esta experiência poderá estar na base da congénere nacional publicada em 1927:

116-LUTO O chefe de grupo para a sua unidade, o comissário de núcleo para o seu núcleo, o comissário regional para a sua região e o Comissário Nacional para todo o C.N.S. podem ordenar lutos oficiais de vária duração. O luto nos scouts tem por expressão um fumo de crepe preto a cobrir o distintivo de patrulha sobre o ombro. Os dirigentes usam uma braçadeira estreita de crepe preto no braço esquerdo. Em ocasião de luto colocam-se também fumos na parte superior das bandeiras, dos galhardetes e das bandeirolas de patrulha. Nas marchas fúnebres a vara transporta-se sob a axila direita pendente para diante, sustentada com a

*mão direita, ficando o antebraço horizontal. Quando os scouts tenham de velar algum cadáver, depois de ocuparem à beira da eça o lugar que lhes é destinado, seguram com as mãos ambas juntas a vara à altura do rosto, apoiando nelas a testa, devendo conservar-se assim por todo o tempo.*<sup>12</sup>

A ordem regional do Porto para período de luto serviu também de base para outras situações semelhantes em todo o país, como a autorização dada em Lisboa ao *escuta Alberto Pires a usar fumo preto sobre o fardamento* devido ao falecimento dum familiar,<sup>13</sup> ou em Setúbal, em que a Junta Local determinou que “Por motivo do falecimento do seu Assistente e Assistente do Grupo 110 ‘Frei Agostinho da Cruz’, este Grupo ponha luto nas suas insígnias durante 15 dias; Que os escutas disponíveis compareçam na sua sede às 15 horas do dia 19 a fim de fazerem a sua velada, assistirem ao ofício e se incorporarem ao funeral”.<sup>14</sup>

Pese o interesse das associações em ter presença nos dois últimos rituais do ciclo biológico, nunca houve uma preocupação de registar procedimentos de afetividade, remetendo estes assuntos ao campo privado. No entanto, é na literatura escotista onde se encontram as melhores caracterizações e diálogos nas sessões fúnebres escotistas, como um acordo estabelecido entre duas partes, o futuro falecido e as futuras testemunhas:

*Eram às centenas as pessoas que iam ver pela vez derradeira o querido Saboá ainda a sorrir no seu caixão, vestido na sua farda amada de escuteiro, como ele pedira, e que desapareceu sobre um monte de flores. Os escuteiros, que se revezavam na guarda de honra em volta do ataúde, não se aguentavam ao pé dele com a comoção. Vinte e quatro horas passaram depressa e saiu da sua casa o grande amigo da família, mas deixando lá inesquecível, a sua lembrança (Salesianus, 1945, p. 112-113).*

O desejo de ser enterrado com o uniforme vestido, *como ele pedira*, não foi exclusivo deste indivíduo. Já em 1926, o jornal *O Scout* anunciava que o chefe Guilherme Alves, no ano anterior, “quis, quando sentiu que Deus o chamava, levar envergado para o túmulo o seu uniforme Scout”.<sup>15</sup> Nos anos seguintes, a revista *Flor de Lis* fez questão de evidenciar semelhantes atitudes identitárias. Nestes casos, o escoteiro manifestou o desejo de pertença e continuidade associativa, numa suposta necessidade de afirmação simbólica no espetro do pós-Vida (Teixeira, 2019, p. 59).

Por outra parte, existe ainda um acordo contínuo entre o pré-morto e os vivos, que garantia ao primeiro uma bonificação no acesso ao “Eterno Acampamento” através da presença de alguns elementos iconográficos: bandeira de grupo na cobertura do caixão e transporte por escoteiros até à sepultura. Porém, o livro *Saboá* acrescenta ainda uma cláusula de validade que não se observa nos periódicos associativos, com a contribuição pecuniária de despesas ao

<sup>12</sup> CORPO NACIONAL DE SCOUTS. *Estatutos e Regulamento Geral - Corpo Nacional de Scouts*. Braga: Tipografia Universal, 1927. 171 p.; pp. 166-167.

<sup>13</sup> CD/MCNE, Dossier «Grupo nº 48 “Santo António de Lisboa”», Ordem de Serviço nº 63; 1935-janeiro-03.

<sup>14</sup> CD/MCNE, Dossier «Junta Local de Setúbal», Ordem de Serviço nº 10; 1936-junho-18.

<sup>15</sup> BNP. Guilherme Alves. *O Scout. Órgão oficial da região do Porto do CNS*. Porto, Ano I, n. 2, p. 7, out. 1926.



“irmão escoteiro”. Assim, o funeral de Domingos Vidal da Encarnação

*foi mais um triunfo do que uma cerimónia de tristeza. Uma atmosfera de paz adejava sobre a multidão e houve quem a sentisse acariciadora em sua alma, especialmente entre os mais íntimos. “Nunca se viu um enterro de pobre, tão lindo!” Todas as despesas dos ofícios foram pagas pelo seu Grupo [de escoteiros]. Os sacerdotes, quando convidados, recusaram-se a receber qualquer emolumento e, no dizer de todos, teriam ido acompanhá-lo do mesmo modo ainda que não fossem chamados (Salesianus, 1945, p. 113).*

## A construção do “Eterno Acampamento”

Como referimos, a partir de 1923 o movimento escotista português assistiu a uma nova entidade. Em Braga, e sob forte contestação das duas associações UAP e AEP, surgiu o *Corpo Nacional de Scouts*, entidade exclusivamente católica e que está na origem do atual *Corpo Nacional de Escutas*. Se por um lado a AEP posicionou-se contra o surgimento de um escotismo uniconfessional, já os adueiros reclamaram da interferência direta da Igreja Católica, ou de qualquer outra disposição político-religiosa no universo escotista português. Desde 1922 que a UAP empreendia uma séria campanha de inculcação de valores patrióticos republicanos, positivistas, e sem qualquer relação metafísica. As informações sobre a ritualização da “morte” e a “vida para além da morte” nesta associação são quase omissas. Os únicos casos conhecidos remontam a 1923 no mencionado funeral do poeta Guerra Junqueiro, e a 1925, quando criaram a Taça “Gomes da Silva”, cujo objetivo recaia na efeméride do falecimento de Alberto Gomes da Silva, ajudante do líder nacional, desaparecido cinco anos antes. Esta competição é a única referência ritual a um dos seus associados. Nem mesmo a reedição dos estatutos exprimiu algo relacionado com a temática em questão, fosse no posicionamento em velório ou funeral.<sup>16</sup> Por outro lado, o paradeiro desconhecido da documentação produzida pelos *Adueiros de Portugal* inviabiliza leituras mais detalhadas, e infelizmente desconhecemos as demonstrações públicas religiosas nas suas fileiras.

No campo católico a situação é diferente. A leitura da revista *Flor de Lis* permitiu conhecer o percurso da expressão “Eterno Acampamento” e, ao contrário do que comumente se alega dentro do *Corpo Nacional de Escutas*, este não foi um termo utilizado desde sempre. O primeiro indício da analogia *Acampamento-Paraíso* só começou a ser visível em 1926, quando a *Flor de Lis* publicou o obituário dedicado ao Padre José Maria Fontes, escoteiro e sacerdote português falecido em Tuy (Espanha), sob o epitáfio “Regresso ao Acampamento”.<sup>17</sup> Entende-se o acampamento como um meta-espço benéfico, essencial no Grande Jogo da Vida, profícuo, e simultaneamente dúbio. Pelo título da notícia fúnebre, o defunto regressaria a algo onde já estivera, ao contrário da suposta ida para um lugar melhor. A mesma ideia é

<sup>16</sup> COUTO, Manuel Ferreira da Silva. *A tática aplicada do Aduero*. Vol. 4. Biblioteca do Aduero. Porto: Edição de Mário Antunes Leitão, 1925, 224 p.; pp. 4-7.

<sup>17</sup> BNP. Nas regiões, nos núcleos e nos grupos. *Flor de Lis*. Braga, Ano 2, nº 1, p. 4, fev. 1926.



repetida dez meses depois, no anúncio da defunção de Acácio Alfredo de Seixas, vítima de tifo, e que o *Chamou Deus ao acampamento do Além*.<sup>18</sup> Ou ainda no ano seguinte quando o chefe Manuel Vieira Teles, oriundo de Leiria e vítima de acidente laboral, fora elogiado em dezembro com o epitáfio “Mais um que volta ao Acampamento”.<sup>19</sup> Esta expressão permanecerá até ao ano 1930, e intermite com outros obituários. Regista-se também uma dispersão territorial comum a todo o país com a utilização corrente do vocábulo “Acampamento”, e exclui-se qualquer exclusividade microgeográfica à mesma, induzindo que a procedência será externa à própria associação.

A partir da década de 1930 vinca-se a continuidade da vida terrena no período pós-morte. Alguns anúncios de *memento mori* ilustram ideais de cumprimento das Leis do Escoteiro no Além. As preces em torno do falecimento de António do Rosário Carreira, lobito de dez anos de idade, adornam esta continuidade pela mão de outro lobito do mesmo grupo, com uma descrição repleta de pormenores: “António, foste scout de Deus na Terra. Sê-lo-ás também no céu. Nós cá ficamos pedindo e fazendo comunhões por ti. Se não precisares, aplica-as às almas do Purgatório mais necessitadas. Adeus e até ao dia do Juízo. José Guilhermino”.<sup>20</sup> Um quasi-dogmático “Acampamento Eterno” seria definitivamente admitido pela primeira vez em 1934, e num último adeus a um sacerdote.<sup>21</sup> A partir desta data, e até hoje, é comum observar-se os epitáfios “Eterno Acampamento”, “Partiu para o Acampamento”, entre outros similares. A origem desta expressão é incerta, mas poder-se-ão apontar algumas hipóteses. Sendo observável em todo o território português, sem exclusão de qualquer região, é plausível que a ideia de um meta-acampamento proceda do estrangeiro. Somente a partir de 1926 a ideia começa a ser noticiada na revista *Flor de Lis*, podendo haver similitudes noutros contextos geográficos, e em períodos cronológicos anteriores. Observámos também que os escoteiros de credos sinodais a utilizaram, mas apenas a partir de 1939. A inacessibilidade aos arquivos da AEP não permite ter certezas quanto à sua utilização nas décadas de 1920 e 1930, mas é considerável que esta expressão não fosse exclusiva do universo católico.

Convém recordar que as crises políticas póstumas à Grande Guerra fraturaram o Movimento Escotista nacional, com secessões institucionais por todo o país. É plausível que existam fatores exógenos influentes na idealização de um “Eterno Acampamento”, com a plasticidade “mínima” que ultrapassa as fronteiras do catolicismo, semelhante a outros fenómenos religiosos contemporâneos (Teixeira, 2019, p. 29). A Conferência Mundial de Escotismo, realizada na Dinamarca em 1924, onde se discutiu a universalidade do Movimento, com o fortalecimento das crenças religiosas individuais (através da Promessa e cumprimento da Lei do Escoteiro), com demonstrações públicas e proibição de todo o tipo de proselitismo (Rodrigues, 2013, p. 27-28), poderá estar na sua génese. Só uma investigação mais profunda e de âmbito transnacional ao ideal “Eterno Acampamento” poderia esclarecer se o mesmo é fruto das tensões político-associativas, como uma resposta pré-ecuménica aos desafios

<sup>18</sup> BNP. Regresso ao Acampamento. *Flor de Lis*. Braga, Ano 2, nº 21, p.2, 31 dez. 1926.

<sup>19</sup> BNP. Mais um que volta ao Acampamento. *Flor de Lis*. Braga, Ano 3, nº 21, p. 2, 15 dez. 1927.

<sup>20</sup> BNP. Várias notícias. *Flor de Lis*. Braga, Ano 6, nº 20, p. 80, 30 nov. 1930.

<sup>21</sup> BNP. Eterno Acampamento. *Flor de Lis*. Braga, Ano 10, n.os 18-20, p. 84, 30 nov. 1934.



internos no Movimento, limitando a adversidade entre católicos e protestantes, e talvez dentro das diversas fações protestantes.

## Conclusão

O presente artigo percorreu o estudo da relação do escotismo com a morte entre 1910 e 1939. A inculcação de valores foi simultaneamente transversal e díspar entre associações. A gestão da morte foi progressiva, iniciada pela institucionalização associativa dos atos fúnebres e lutos, e culminou com a transmissão de ideias metafísicas comuns. Um tema desconhecido, mas que vale a pena indagar. As plausíveis origens do “Eterno Acampamento” carecem de uma maior análise e possivelmente remontam a 1924, aquando da Conferência Mundial de Escotismo. De todos os modos, foi uma construção mental que extrapolou pontos de convergência entre vários credos, e ainda hoje remete para uma interpretação de um Paraíso destinado a escoteiros *in solido*, e que se aproxima de uma tentativa de condicionar a vida escotista dos indivíduos. Por um lado, este “Eterno Acampamento” lentamente veio a suavizar a imagem da morte, e dista do quadro filosófico-católico tradicionalmente transmitido na catequese. Palavras como “patrulha”, “tenda” ou “fogueira” elevaram-se a componentes lexicais de adorno num imaginário dócil. Por outro, nem mesmo de depois de morrer, um escoteiro deixaria de sê-lo.

Apesar de ser um tema historiográfico recente, sem manifesta bibliografia, cremos que este artigo responde a alguns dos desafios da comunidade académica. Relembramos as palavras da investigadora Irene Vaquinhas sobre o impacto da morte no universo masculino, quando afirma que “de facto, os documentos escritos, iconográficos e orais remetem sobretudo para as perspetivas femininas e para os seus comportamentos e emoções, descritos por elas próprias ou pelos observadores da época, pouco atentos à afetividade dos homens. O que tem levado, por vezes, os historiadores a caírem no erro de associarem, qual reflexo automático, mulheres e privado, binómio que circunscreve as vidas femininas à esfera privada e as masculinas à sua existência pública” (Vaquinhas, 2011, p. 192). Esta dificuldade não a observámos. A esmagadora maioria dos casos aqui analisados são do género varonil. Ainda assim, acreditamos que as conclusões aqui apresentadas poderão abrir caminhos para novos estudos dedicados à conceptualização da morte nos universos infantil e juvenil.

## Referências Bibliográficas

BADEN-POWELL, Robert. *Escotismo para rapazes: um guia de educação para a cidadania*. Lisboa: Associação dos Escoteiros de Portugal, 2018. 327 p.

FONTES, Paulo de Oliveira. Escutismo. In: AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.). *Dicionário de história religiosa de Portugal: C–I*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. p. 168-71. Disponível em: <<https://pt.calameo.com/read/002821274fcb13edb16a5>>. Acesso em: 04 maio 2020.



GRAÇA, Gonçalo Brito. *Padre Abílio da Silva Mendes: Fundador do escutismo católico no Barreiro*. Olhares. Barreiro: Corpo Nacional de Escutas, 2013. 174 p.

GRAÇA, Gonçalo Brito. Resistências à instrução militar no escotismo português (1913-1926). In: FERREIRA, Ana Sofia; MADEIRA, João; CASANELLAS, Pau (eds.). *Violência política no século XX: Um balanço*. Lisboa: Instituto de História Contemporânea/Universidade Nova de Lisboa, 2017. p. 195-208. Disponível em: <[https://coloiuviolenciapolitica.files.wordpress.com/2017/12/violencia\\_politica\\_sec\\_xx.pdf](https://coloiuviolenciapolitica.files.wordpress.com/2017/12/violencia_politica_sec_xx.pdf)>. Acesso em: 04 maio 2020.

GRAÇA, Gonçalo Brito. Ascensão e queda do culto a Nuno Álvares Pereira no escotismo português (1923-1936). *Forma Breve*. Aveiro, n. 15, p. 401-11, 2018. Disponível em: <<https://proa.ua.pt/index.php/formabreve/article/view/2158/1684>>. Acesso em: 04 maio 2020.

KIPLING, Rudyard. *O livro da selva*. Traduzido por José Francisco dos Santos. Lisboa: Livros do Brasil, 1985. 200 p.

LEAL, Ernesto Castro. República portuguesa, secularização e novos símbolos (1910-1926). *História – Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Porto, v. 11, p. 121-134, 2010. Disponível em: <<http://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/3652>>. Acesso em: 04 maio 2020.

MILLS, Sarah. “An Instruction in Good Citizenship”: Scouting and the Historical Geographies of Citizenship Education. *Transactions of the Institute of British Geographers*. London, v. 38, n. 1, p. 120-134, 2013. Disponível em: <[https://repository.lboro.ac.uk/articles/\\_An\\_instruction\\_in\\_good\\_citizenship\\_Scouting\\_and\\_the\\_historical\\_geographies\\_of\\_citizenship\\_education/9481862](https://repository.lboro.ac.uk/articles/_An_instruction_in_good_citizenship_Scouting_and_the_historical_geographies_of_citizenship_education/9481862)>. Acesso em: 04 maio 2020.

PINTASSILGO, Joaquim; COSTA, Rui Afonso da. Morte e pedagogia cívica no contexto republicano português: os funerais dos “grandes mortos” nas primeiras décadas do Século XX. *Cadernos de História da Educação*. Uberlândia, v. 17, n. 1, p. 198, 212, jan./abr. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.14393/che-v17n1-2018-12>>. Acesso em: 04 maio 2020.

REIS, João Vasco. *Corpo Nacional de Escutas: uma história de factos (subsídios)*. Lisboa: Corpo Nacional de Escutas - Escutismo Católico Português, 2007. 590 p.

RIBEIRO, Eduardo. *História dos Escoteiros de Portugal*. Lisboa: Aliança Nacional das ACM de Portugal, 1982. 226 p.

RODRIGUES, Albertino da Silva, O.F.M. *O escutismo e a transmissão da fé*. Braga: Editorial Franciscana, 2013. 127 p.

ROSAS, Fernando. *Lisboa revolucionária: 1908 - 1975*. 1. ed. Lisboa: Tinta-da-china, 2010. 192 p.

SALESIANUS. *O Saboá: Alma de neve e de púrpura*. Mogofores: Instituto Salesiano, 1945. 114 p.

SILVA, Sara Raquel Duarte Reis da. Grandes Clássicos de versões mini: o caso de O Livro da Selva, de Rudyard Kipling. *Poiésis – Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação*. Tubarão, v. 12, nº esp., p. 90-105, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.19177/prppge.v12e0201890-105>>. Acesso em: 04 maio 2020.

TEIXEIRA, Alfredo. *Religião na sociedade portuguesa*. Ensaios da Fundação 93. Lisboa: Fundação



Francisco Manuel dos Santos, 2019. 108 p.

VAQUINHAS, Irene. Morte. In: MATTOSO, José (ed.). *História da vida privada em Portugal: A Época Contemporânea*. Lisboa: Temas e Debates, 2011. p. 178-193.

VICENTE, Ana Cláudia S. D. A introdução do escotismo em Portugal. *Lusitania Sacra*. Lisboa, 2<sup>o</sup> série, v. 16, p. 203–45, 2004. Disponível em: < <https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/4476>>. Acesso em: 04 maio 2020.

*Enviado em: 23 de fevereiro de 2020*

*Aprovado em: 26 de abril de 2020*

